

**Unidade Curricular: 9242509 – Teoria Geral do Direito Civil**

Ano 1

Semestre 2

Área CNAEF: 380

ECTS: 7,0

Tipo de Unidade Curricular: Obrigatória

Modo de Ensino: Presencial

Língua de Trabalho: Português

DOCENTE RESPONSÁVEL: Marinêz De Oliveira Xavier

**TEMPO DE TRABALHO DO ESTUDANTE EM HORAS**

HORAS TOTAIIS	Horas de Contacto								Horas de Trabalho Autónomo
	Ensino teórico (T)	Ensino teórico- prático (TP)	Ensino prático e laboratorial (PL)	Trabalho de campo (TC)	Seminário (S)	Estágio (E)	Orientação tutorial (OT)	Outra (O)	
175		60	30						85

Pré-requisitos (se aplicável): N/A

**OBJETIVOS EDUCACIONAIS / RESULTADOS DE APRENDIZAGEM**

Pretende-se que o discente, no final da U.C., detenha as seguintes competências teóricas e técnicas:

1. Domínio do saber:

- Compreender os principais fundamentos e institutos de direito civil no ordenamento jurídico português;
- Conhecer os principais conceitos presentes no direito privado português; e
- Discriminar entre os diversos institutos presentes na parte geral do Código Civil Português.

2. Domínio do saber fazer:

- Identificar e distinguir entre os vários conceitos, princípios e institutos de direito privado no ordenamento jurídico português;
- Descrever e localizar no Código Civil as diversas normas aplicáveis aos negócios jurídicos; e
- Elaborar respostas adequadas à resolução de casos práticos retirados da vida em sociedade, no âmbito dos negócios realizados pelo setor privado.

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**

I. Introdução ao Direito Privado:

- Fundamentos do D.P.
- Constitucionalização do Direito Privado;
- A situação jurídica e relação jurídica: noção e modalidades;
- O direito subjectivo: origem, noção e modalidades.

II. Os Institutos de Direito Privado:

- Os institutos no Direito Privado: enquadramento e noção;
- Princípios norteadores;
- Abuso de Direito;
- Propriedade privada

### III. As pessoas e as coisas:

1. A personalidade e a sua tutela;
2. Pessoas singulares e pessoas jurídicas;
3. Associações, sociedades e as fundações;
4. Capacidade e legitimidade jurídica;
5. Domicílio, residência e sede;
6. As coisas como objecto da relação jurídica: identificação e classificação; e
7. Direitos pessoais e reais.

### IV. O Negócio Jurídico:

1. O acto, o facto e o negócio jurídicos: noção e distinção;
2. A vontade e o Direito, aspectos gerais;
3. A declaração de vontade;
4. A produção de efeitos jurídicos: e
5. A proteção da expectativa em direito privado.

## **DEMONSTRAÇÃO DA COERÊNCIA DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS COM OS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM**

A presente unidade curricular tem como objetivo dotar os alunos com conhecimentos teóricos sobre os principais institutos do direito privado português. A componente prática desta unidade curricular consistirá na produção e apresentação em aula de trabalhos individuais ou de grupo que visem as principais temáticas abordadas no plano curricular.

A interligação entre os conteúdos programáticos e os objetivos educacionais realiza-se da seguinte forma:

- I - I. Introdução ao Direito Privado - Objetivo 1, alíneas a) e b).
- II. Os Institutos de Direito Privado - Objetivo 1, alíneas b) e c); e Objetivo 2, alíneas a) e c).
- III. As pessoas e as coisas - Objetivo 1, alíneas b); e Objetivo 2, alíneas a) e c).
- IV. O Negócio Jurídico - Objetivo 1, alíneas b) e c); e Objetivo 2, alíneas a), b) e c).

## **MÉTODOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

- Exposição (com recurso aos mais diversificados meios: oral, escrito e com projecção multimédia).
- Apresentação e Discussão de casos de estudo em sala de aula com a participação dos alunos
- Análise de decisões judiciais, através de um debate orientado com os alunos.
- Simulação de actividades.

## **DEMONSTRAÇÃO DA COERÊNCIA DAS METODOLOGIAS DE ENSINO COM OS OBJETIVOS DAS APRENDIZAGENS\***

Aulas expositivas, realização de trabalhos individuais ou de grupo, apresentações e análise de peças jurisprudenciais e artigos de investigação, assim como estudo orientado, com recurso às novas tecnologias - Objetivo 1 e 2.

A disponibilização de materiais, informações e conteúdos assentará na respetiva Página na plataforma Moodle, que será também utilizada a interação entre os docentes e os estudantes - Objetivo 1, alíneas a) e b).

As aulas presenciais serão sobretudo destinadas ao debate de temas e à realização de exercícios de aplicação de conhecimentos. Na versão à distância existirão sessões síncronas semanais entre o docente e os alunos - Objetivo 1, alínea c); e Objetivo 2.

## **MÉTODOS DE AVALIAÇÃO**

Existem três épocas de avaliação distintas: (i) Avaliação Contínua; (ii) Avaliação por Exame Final; e (iii) Época de Recurso.

1) Avaliação contínua: através da realização de um teste, um trabalho e de uma prova oral, com os requisitos e ponderações constantes do Guia de Funcionamento. Da soma destes elementos de avaliação resultará uma nota que é suscetível de recurso ou de melhoria em época de recurso. A nota da prova oral é eliminatória.

2) Avaliação final: através da realização de uma prova escrita ( Caso Prático) e de um exame oral. A realização desta prova escrita e exame oral não depende da prévia realização de qualquer um dos elementos de avaliação contínua. A nota obtida nesta fase é suscetível de recurso ou de melhoria em Época de Recurso. A nota da prova oral é eliminatória.

3) Época de Recurso: através da realização de um exame oral que conta 100% da nota. A realização deste exame não depende da prévia realização de qualquer um dos elementos de avaliação contínua.

## BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

1. Teoria Geral do Direito Civil (4ª Ed.), de António Pinto Monteiro, Paulo Mota Pinto e Carlos Alberto da Mota Pinto, edição: Coimbra, Coimbra Editora, 2020;
2. Estudos de Teoria Geral do Direito Civil, de Ana Mafalda Castanheira Neves de Miranda Barbosa, edição: Parede, Principia, 2017;
3. Teoria Geral do Direito Civil (reimpressão da 8.ª Ed.), de Pedro Pais de Vasconcelos, edição: Coimbra, Almedina, 2018;
4. Teoria Geral do Direito Civil, de Orlando de Carvalho, edição: Coimbra, Coimbra Editora, 2012;
5. Teoria Geral do Direito Civil (6.ª Ed.), de Luís A. Carvalho Fernandes, edição: Lisboa, Universidade Católica, 2012;
6. Teoria Geral do Direito Civil I, de Rabindranath Capelo de Sousa, edição: Coimbra, Coimbra Editora, 2003;
7. Teoria Geral do Direito Civil - Casos Práticos (Com dez casos modelo resolvidos) de Fernando Torrão, edição: Coimbra, Almedina, 2014.

Ano letivo de entrada em vigor: 2021/2022 | Data de aprovação em Conselho Técnico-Científico: